

**Tânit Cristina Miranda  
Camargo Ferreira**

Centro Universitario Unincor  
tanit.cristina@aluno.unincor.edu.br

**Jocyare Cristina Pereira  
de Souza**

Centro Universitário UninCor  
jocyare.cristina5@gmail.com

## A CULTURA SOB O VIÉS DE MICHEL DE CERTEAU

### RESUMO

A busca por melhores caminhos para o ensino da cultura e história locais depende, primeiramente, de uma compreensão mais apurada da própria cultura que se pretende ensinar; dissociada, em um primeiro momento, da atividade educacional, que já abarca seus próprios desafios. Não fosse assim, seria difícil, senão impossível, chegar a uma perspectiva satisfatória e, de alguma forma, inspiradora acerca da cultura local. Por esse motivo, buscou-se na obra: *A Cultura no Plural*, de Michel de Certeau, a referida perspectiva. Em um primeiro momento entenderemos sobre a “cultura no singular”, trazendo à baila duas personagens: a população em massa e as autoridades. Em um segundo momento, veremos o que seria a “cultura no plural” e a sua relevância para que a educação brasileira seja realmente libertadora, atendendo a realidade da diversidade cultural, dando visibilidade e voz a todos os integrantes dela

**Palavras-chave: Educação 1. Cultura Regional Local 2. Diversidade 3.**

## CULTURE UNDER THE BIAS OF MICHEL DE CERTEAU

### ABSTRACT

The search for better ways to teach local culture and history depends, firstly, on a more accurate understanding of the culture that is intended to be taught; dissociated, at first, from the educational activity, which already encompasses its own challenges. Otherwise, it would be difficult, if not impossible, to arrive at a satisfying and somehow inspiring perspective on the local culture. For this reason, the aforementioned perspective was sought in the work: *A Cultura no Plural*, by Michel de Certeau. At first we will understand about “culture in the singular”, bringing up two characters: the mass population and the authorities. In a second moment, we will see what “culture in the plural” would be and its relevance for Brazilian education to be truly liberating, taking into account the reality of cultural diversity, giving visibility and voice to all its members.

**Keywords: Education 1. Local/regional culture 2. Diversity 3.**

## 1. INTRODUÇÃO

Após a análise dos documentos que normatizam a educação, esta pesquisa se aprofundará no estudo da cultura, com base teórica em Michel de Certeau. Ele é um escritor que se destacou como referência de grande relevância nos estudos sobre a cultura, sobre a escola e a educação. Fomentou um diálogo entre os temas, abraçando com destaque a perspectiva da cultura como constitutiva da experiência dos sujeitos e das práticas sociais. Michel de Certeau, historiador por formação e vocação desenvolve, em seus escritos, uma abordagem metodológica inovadora, vendo a história pelo prisma da antropologia, filosofia, sociologia e ciência política, além de incorporar, em sua análise, a teoria psicanalítica.

Seguindo a direção principal desta pesquisa, é importante entender que a busca por melhores caminhos para o ensino da cultura e história locais depende, primeiramente, de uma compreensão mais apurada da própria cultura que se pretende ensinar; dissociada, em um primeiro momento, da atividade educacional, que já abarca seus próprios desafios.

Não fosse assim, seria difícil, senão impossível, chegar a uma perspectiva satisfatória e, de alguma forma, inspiradora acerca da cultura local. Por esse motivo, buscou-se na obra: *A Cultura no Plural*, de Michel de Certeau, a referida perspectiva.

## 2. DESENVOLVIMENTO

A visão de Certeau traça, em primeiro momento, um paralelo com o que seria a “cultura no singular”, trazendo à baila duas personagens: a população em massa e as autoridades. Ao

redor, a realidade; afetada e desenhada por desdobramentos naturais: eventos geológicos, por exemplo, e artificiais, que surgem da essência política do homem civilizado.

Certeau (1995) acerta precisamente a realidade vista até os dias de hoje, uma cultura no singular, que exclui, que dá voz e lugar de poder à elite, que representa as pessoas que têm acesso aos livros, ao conhecimento acadêmico e às universidades. Enquanto a classe excluída, sem acesso a esta cultura que exclui, vive para trabalhar, colocar o mercado para girar e ser silenciada e dominada.

A problemática surge, em primeiro momento, da própria interpretação que as personagens têm do meio em que vivem. As autoridades, detentoras do poder político e das informações, desenham a história com base nos próprios interesses e, por isso, conseguem discernir o que se passa ao seu redor. As novas leis, reformas e, até mesmo, conflitos são eventos acessados pelas autoridades que compreendem os propósitos que sublinham cada uma de suas decisões bem planejadas. Estes poderes, segundo Certeau, simbolizam o:

Câncer dos poderes, portanto, mas um “câncer que está controlado”. Os poderes organizam-se independentemente do corpo do qual obtém suas forças e ao qual não beneficiam (CERTEAU, 1995, p. 216).

Infelizmente, a historicidade valoriza e privilegia a cultura grafocêntrica, o que é “um câncer” que mata toda e qualquer possibilidade de desenvolvimento e crescimento, reprimindo e colocando barreiras, maquiadas por um “suposto rigor acadêmico”.

Os questionamentos de Certeau sobre a cultura surgem desde 1960 e sempre propôs

discussões entre a cultura e a educação de um ponto de vista histórico. Ele testemunhou um período difícil e agitado da Segunda Guerra Mundial, em que a luta contra o Totalitarismo era necessária. Viu, também, a Europa se reerguer e erguer um muro separando o Ocidente e o Oriente, a famosa “Era de Ouro”, momento em que todos tinham um grande temor de que se defligrasse uma guerra nuclear.

A realidade exigia que pensamentos fortes e a disposição de lutar pela mudança de paradigmas. Com tantos conflitos culturais e brigas por poder, que tornavam irrelevante até a vida das pessoas, o surgimento da busca pela voz da pluralidade era urgente. Não seria a permanência de um autoritarismo de esquerda ou de direita que resolveria o grande problema.

Estas lutas e questionamentos permanecem no passar do tempo até os dias de hoje, percebe-se que as autoridades não somente interpretam a geopolítica de forma distinta, mas que enxergam, sem filtros, a cultura predominante à sua volta, até mesmo porque, juntas, formam o grupo hegemônico que determina, em certo sentido, a própria cultura.

A cultura singular da Meritocracia é injusta e capitalista, na qual somente alguns tem acesso ao saber. É uma estrada de competições injustas, cujos vencedores já iniciam a corrida com “quilômetros de vantagem”. Uma competição já fadada a derrota dos já derrotados pela vida e pela ausência de oportunidades.

Retomando a sintética e simplista definição de cultura, que consiste na primeira definição de cultura criada pelo Antropólogo inglês Edward Tylor, exposta na introdução do trabalho:

Pesquisamos e entendemos que cultura é: “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade”. Ou seja, é toda forma de criação e tradição criada exclusivamente pelo Homem (CUCHE, 2002, p. 39 *apud* LARAIA, 2006, p. 25).

Não seria possível se ater a ela, mas sim partir dela para repensar a gigantesca evolução do conceito de cultura, visto ser fundamental que entendamos mais profunda e amplamente o tema, pois é o pano de fundo desta pesquisa. Sabe-se que o significado que é atribuído às palavras está intimamente conectado ao contexto em que elas estão inseridas, por isso pode ser tão diversamente interpretado, pois é influenciado pelo meio social e histórico. Com o termo cultura não seria diferente, desde a sua primeira definição, muitas outras surgiram e foram sendo aprimoradas, buscando abarcar a sua magnitude. É certo que ainda sofre transformações, conforme o momento histórico, geográfico e social em que estão inseridos.

Com esta demanda, a de pensar cultura de uma forma mais profunda, introduz-se aqui a ótica de Certeau, que sempre se posicionou com estranhamento e perplexidade quando qualquer discussão passava pela ausência da alteridade, o que perpassa a cultura o tempo todo. Ele era movido por uma inquietude e defendia a ideia de que todo pesquisador precisa neutralizar seus pressupostos, seus juízos de valor particulares, para conseguirem ter a chance de conhecer o outro:

À força de examinar essas folhas de papel enegrecida por uma poeira multicentenária; à força de fichar um

vocabulário desarticulado; à força de ser um erudito improvisador, nas regiões silenciosas de Arquivos Municipais e Departamentos; à força de habitar nas salas de consultas das Bibliotecas, grotas em que se “conserva” e veicula os cadáveres de outrora; à força de ler, sem **nunca ser capaz de entendê-las, palavras** que se referem a experiências, doutrinas ou situações estranhas - eu assistia ao afastamento progressivo do mundo, cujos vestígios eram inventariados por mim. Ele me escapava ou, de preferência, eu começava a perceber me de que ele me escapava. Deste momento escalonado incessantemente no tempo, é que tarda o nascimento do historiador. Essa ausência é que constitui o discurso histórico. A morte do outro coloca-o fora de alcance e, por isso mesmo, define o discurso da historiografia, ou seja, do texto histórico (CERTEAU, 2011, p. 164).

Falar de cultura é falar de história, é falar do estudo e do pesquisar história. E é exatamente este encontro com o desconhecido, desta conexão imparcial com os enredos não contados, que ora estavam as sombras, que emergem novos entendimentos sobre cultura. Cultura é pensar no presente, pensar no futuro, mas é iniciar a viagem a partir do passado, das histórias vividas, que para muitos nunca existiram ou não existem mais. É nesta fenda que surge o papel do educador que fomenta esta pesquisa na escola, fazendo a junção entre o presente e o passado, através dos relatos orais ou documentais. Para Certeau, assim se fazia história:

“Faço história” no sentido em que não só produzo textos historiográficos, mas tenho acesso, por meu trabalho, à consciência de que algo se passou, atualmente morto, inacessível como vivo. A estrutura [do passado, por meio dos documentos] defende e exprime esta aquisição da experiência histórica; ela diz que houve algo diferente. [...] A “estrutura” é um conceito-ferramenta que exprime, à semelhança de uma resistência, a diferença que o trabalho

histórico faz aparecer entre um presente e “seu” passado (CERTEAU, 2011, p. 166-167).

Certeau defendia a luta pelo rompimento das barreiras, pelo reconhecimento da cultura no plural. Com fundamento na ideologia de que todos os que quisessem ou necessitassem deveriam ter acesso às condições de estudo, todos deveriam. Somente assim haveria uma luta justa com o posicionamento elitista do saber.

Para Michel de Certeau, o conceito de cultura era amplo, veja:

O termo cultura ocorre em “difusão da cultura”, “cultura de massa”, “política da cultura” etc. Pode-se distinguir vários de seus empregos, característicos de abordagens diferentes. Ele designará assim:

a. Os traços do homem “culto”, isto é, segundo o modelo elaborado nas sociedades estratificadas por uma categoria que introduziu suas normas onde ele impôs seu poder.

b. um patrimônio das “obras” que devem ser preservadas, difundidas ou com relação ao qual se situar (por exemplo, a cultura clássica, humanista, italiana ou inglesa etc.). À idéia de “obras” que devem ser difundidas acrescenta-se a de “criações” e de “criadores” que devem ser promovidos, em vista de uma renovação do patrimônio.

c. a imagem, a percepção ou a compreensão do mundo próprio a um meio (rural, urbano, nativo etc.) ou a uma época medieval, contemporânea etc.): a *Weltanschauung* de Max Weber, a *Unit Idea* de A.O. Lovejoy etc. Essa concepção que atribui à “idéias” tácitas o papel de organizar a experiência aproxima-se talvez da estética social de Malraux, substituta das visões de mundo religiosas ou filosóficas.

d. comportamentos, instituições, ideologias e mitos que compõem quadros de referência e cujo conjunto, coerente ou não, caracteriza uma sociedade como diferente das outras. Desde E. B. Taylor (*Primitive culture*, 1871), este se tornou o conceito-chave em antropologia cultural (cf. os *patterns*

of culture). Há todo um leque de posições segundo se privilegiam as práticas e os comportamentos ou as ideologias e os mitos.

e. a aquisição, enquanto distinta do inato. A cultura diz respeito aqui à criação, ao artifício, à ação, em uma dialética que se opõe e a associa à natureza.

f. um sistema de comunicação, concebido segundo os modelos elaborados pelas teorias da linguagem verbal. Enfatizam-se sobretudo as regas que organizam entre si os significados, ou, em uma problemática próxima, a mídia (cf. A. Moles) (CERTEAU, 1995, p. 195-196).

Segundo Michel de Certeau (1974), a cultura não consistia em receber, mas sim em realizar o ato pelo qual cada um marca aquilo que outros lhe dão para viver e pensar. Ele defendia a ressignificação do que o meio social oferecia. Ele não acreditava na cultura gerada por um grupo de poder. Não defendia a cultura letrada, muito menos uma cultura monolítica, mas sim uma cultura no plural. Ou seja, para Certeau a cultura requer uma implicação de todos, em todos os tempos, pois a cultura é algo que se reinventa, se ressignifica, se transforma. Não é algo estático e é um produto social.

Certeau lutava contra a prática desta cultura de poder que silencia, que amedronta, que manipula. Para ele, quando se pratica a cultura no singular, a verdade cultural é sufocada. A verdade ocupa lugar de primazia no pensamento sociológico de Certeau.

Uma sociedade resulta, enfim, da resposta que cada um dá à pergunta sobre sua relação com uma verdade, sobre sua relação com os outros. Uma verdade sem sociedade é apenas um engodo. Uma sociedade sem verdade é apenas uma tirania. Assim como a dupla relação – com os outros e com uma verdade – mede o alcance “filosófico” do trabalho social (CERTEAU, 1995, p. 38-39).

O povo não poderia apenas representar tão somente “receptáculos”. Os detentores do poder de voz não podem contrapor-se eternamente à equidade de oportunidades. A cultura, no singular, segrega, cala e buscar homogeneizar a massa. Homogeneizar as desigualdades entre os desiguais. Homogeneizar a falência de um futuro cheio de criatividade, autonomia que é enterrado junto com os sonhos das pessoas e culturas esquecidas.

Ora, apenas será possível acessar a cultura e a história locais por meio da busca da verdade histórica. Contudo, como acessá-la, se o historiador depara-se com os muros da ordem social vigente? O caminho proposto por Certeau é o caminho da luta e da subversão. É necessário, por essa perspectiva, fomentar a produção cultural das minorias, em aberto combate aos conceitos históricos, políticos ou até mesmo morais artificialmente e forçadamente estabelecidos. Esta luta precisaria ser feita por intermédio de movimentos de conscientização:

Cada um dos movimentos que tentaram responder por uma “conscientização” coletiva em situações semelhantes, como o de Paulo Freire no Brasil, defrontou-se com o mesmo problema. A partir do momento em que, pelo seu trabalho, uma ação começa a modificar o equilíbrio das forças, ela é interrompida pela repressão que organiza os poderes estabelecidos. Contrariamente às esperanças “populistas” de organismos estritamente culturais, ela é recambiada a confrontamentos políticos inevitáveis. A partir de um limite que pode ser durante muito tempo ignorado ou cuidadosamente evitado, a promoção cultural manifesta a sua relação necessária com as opções de uma sociedade com ela mesma e com as forças desiguais de que cada classe dispõe para fazer com que prevaleçam suas escolhas (CERTEAU, 1995, p. 216-217).

Aquilo que é visto como marginal, deve assumir o protagonismo em um cenário de predominância da cultura no plural. Somente assim será possível acessar a verdade na leitura e produção histórico-cultural, tão importante dentro das escolas e previsto pelos documentos educacionais brasileiros. A cultura, no plural, não busca unificar, não busca homogeneizar, muito pelo contrário, busca diferenciar, busca a riqueza da diversidade. A quem foi dado muito, agora deve receber pouco, e a quem não foi dado nada ou quase nada, deve ser ressarcido cultural, histórica e economicamente.

A priori, urge, a necessidade de que o educador seja intencional em despojar-se da bagagem cultural que predomina e sufoca a verdade histórica, artística e sociológica do povo a ser estudado. A fim de que os grupos hegemônicos que estão no poder não silenciem as histórias e a cultura, que são agentes de transformação e ressignificação da vida em sociedade. Não deve haver assuntos proibidos ou cesurados que não possam estar em pauta:

Há em um grupo uma homogeneidade que implica ausências. A possibilidade de uma discussão repousa sobre pessoas excluídas e assuntos proibidos; é um fato, mas é preciso reconhecê-lo. Não poderíamos considerar como insignificantes estas ausências. O discurso é ainda mais determinado por seus postulados quando não os explicita. De outro lado, esse acordo suporia que os discursos sustentados pelos observadores possam substituir diretamente o ponto de vista dos responsáveis, ou se atribuir um poder de sedução, ou suprir miraculosamente as forças que organizam um país. O discurso permanece alheio à ação, mesmo quando fala dela (CERTEAU, 1995, p. 223).

Certeau acreditava que estes grupos se valiam de, entre outros instrumentos, canais de

comunicação para que a moral, a arte e a lei que predominassem fossem aquelas que vinham ao encontro de seus interesses, determinando, assim, a própria cultura, a cultura que eles queriam, a cultura no singular. A fim de, grosso modo, exemplificar o que se diz, imagine o comercial de televisão que incentiva o consumo da tradicional refeição americana: hambúrguer, batata-frita e refrigerante. A partir dessa espécie de artificial determinação da cultura vigente, muitas nações ao longo do mundo têm a sua culinária local deixada de lado por consumidores ávidos pelo *hiperpalatável*<sup>1</sup> prato estadunidense, enriquecendo multinacionais companhias de *fast food*.

Nesse contexto, as autoridades estão inseridas no grupo daqueles que acessam a realidade pelas lentes da suposta verdade. Estes poderosos compreendem a artificialidade da cultura à sua volta e perpetuam intencionalmente e, para estes, é interessante o sufocamento da cultura no plural defendida por Certeau. Por sua vez, a população em massa assiste ao espetáculo por uma perspectiva ilusória, pensando viver uma cultura por ela produzida, que respeita sua identidade e seus interesses.

Os indivíduos são aprisionados em suas mazelas e a elite constrói muros, não pontes. Neste cenário, questiona-se: e as escolas? As escolas, na maioria das vezes, retroalimentam esta engrenagem segregatória, que moldam as pessoas. A escola deveria ser espaço de pesquisa, de desenvolvimento, de criação, de reflexões. Entretanto, a cultura grafocêntrica, a cultura escrita e erudita ainda é replicada. Uma

---

<sup>1</sup> Neologismo trazido do termo em inglês *hyperpalatable*, que designa alimentos altamente calóricos e que, por isso, provocam um incomum e intenso apelo ao consumo.

avalanche conteudista, sem cultura, sem expressões artísticas e corporais, sem socialização. Não querem seres que inferem ou interpretam, querem pessoas que copiam e colam.

Esta mesma população manipulada pensa que as decisões políticas: decretos, leis, julgamentos, que a produção artística: música, filmes, que a moral ou as crenças mais fundamentais e que norteiam sua ética são derivadas da natural relação que têm com o meio ao seu redor, quando, na realidade, Certeau acusa a manipulação que os grupos hegemônicos realizam e que, ocultamente, regem todos os movimentos culturais.

Controlam as redes de imprensa e já também as de vídeo. Financiam centros de pesquisas científicas intra ou extra-universitárias que servem aos seus objetivos. Colocam em seus produtos exigências que não são mais as do público geral, o qual se torna simultaneamente capaz de comprá-los e incapaz de tirar partido deles. Em suma, os produtos culturais servem à classe daqueles que os criam e são pagos pela massa dos que praticamente deles não usufruem (CERTEAU, 1995, p. 215).

Quando, por algum motivo, a ilusão desmonta perante os olhos da população, por algum evento incomum, entra em cena a frustração, como nas palavras do escritor:

É difícil crer em qualquer coisa. Ouvimos ontem, na televisão, uma jovem comunista iugoslava dizer isso. Ela estava preparada para defender seu país contra a URSS, embora houvesse acreditado na grande pátria do socialismo. Não que julgasse serem menos necessários laços estreitos com o bloco vizinho. Mas alguma coisa desmoronara silenciosamente nela. Não tinha mais um lugar, nem nome que lhe confirmasse a veracidade das suas exigências. Restava somente, por razões políticas ou estratégicas, uma aliança útil (CERTEAU, 1995, p. 25).

A dinâmica da sociedade em que impera a “cultura no singular” é uma dinâmica mórbida. De um lado, a frustração acima descrita gera consequências traumáticas, sejam silenciosas ou violentas. E não poderia ser diferente. Os povos se identificam por seus costumes, tradições, ou seja, por sua cultura. Vez que esta política das interdições abandona seu estado de imponência e rigidez, demonstrando sua apodrecida estrutura, surge então, na população, a sensação de incerteza, de instabilidade.

Uma educação com problemas estruturais, na essência, que reproduz uma visão capitalista, excludente, desigual, que premia os que “merecem” e pune os que não atingiram a métrica esperada. Uma política que não luta pelo povo, que na verdade emudece e imobiliza àqueles a quem deveria defender e lutar pelos direitos.

A política não garante a felicidade nem confere significado às coisas. Ela cria ou recusa condições de possibilidades. Interditada ou permitida: torna possível ou impossível. É sob este viés que ela se apresenta aqui, no sentido de que a ação cultural choca-se com as interdições silenciosamente postas pelos poderes (CERTEAU, 1995, p. 214).

Além disso, a crise que segue esse rompimento extrapola a esfera sociológica, haja vista que os povos, em muitos casos, unem-se sob uma bandeira, um corpo político, em um território. Assim, as instabilidades alcançam dimensões econômicas e geopolíticas que refletem, de forma mais severa, na massa populacional hipossuficiente, que passa a viver uma realidade ainda mais desigual e injusta. Ela, estranhamente, é reforçada e reproduzida pelas escolas como forma de ensino e aprendizado de uma cultura no singular.

Apesar das divergências teóricas ou metodológicas que possam vir à luz em uma reunião de professores e de especialistas, todo grupo de pesquisadores tende a reconstituir uma interpretação unitária, a pensar na *cultura no singular*. Ele obedece desse modo, à lei das pertencas sociais e profissionais. Uma homogeneidade de meio, de classe, de intelectuais ressurgem e se traí no objeto (a cultura) abordado. O lugar de onde se fala, no interior de uma sociedade, emerge silenciosamente no discurso e reproduz-se no nível intelectual, com o ressurgimento de um modelo *totalitário*. Com efeito, a *cultura no singular* traduz o *singular de um meio*. Ela está na maneira como respiramos, nas idéias, na pressão autoritária de uma determinação social que se repete e se ‘reproduz’ (Bordieu e Passeron) até mesmo nos modos científicos. Na análise cultural, o singular traça caracteres cifrados o privilégio das normas e dos valores próprios a uma categoria (CERTEAU, 1995, p. 227).

É nesse momento em que as consequências do encontro do povo com uma verdade suprimida podem se tornar violentas, até porque esse encontro não acontece ao mesmo tempo para toda a população. Embates acalorados ocorrem tanto entre aqueles de mentalidade subversiva contra as autoridades quanto contra as camadas mais conservadoras da população.

Os atos de violência são justamente designados como ‘manifestações’. Eles pretendem quebrar e desmascarar a economia alienante do meio e o totalitarismo da identidade. Sob esse ponto de vista, o ultraje torna-se ‘paixão moral’. Ele se faz gesto, porque as palavras foram confiscadas. O desordeiro que quebra o visor da calculadora IBM ou a porta do automóvel procede — mas exteriormente ao texto — como o escritor que trabalha na desconstrução da linguagem. A fenda que ele assinala na rede objetiva dos significados é o correspondente de um lapso de linguagem. Esse ato intercepta com um protesto um universo saturado. A repetição do anônimo cria o análogo de

um ‘ruído’ em que a palavra tem inicialmente a forma de uma fratura, de um buraco, de uma blasfêmia (CERTEAU, 1995, p. 94).

Michel de Certeau acreditava que precisava ser questionado e repensado o elitismo e o papel da Universidade na reprodução de estruturas sociais engessadas. Com as práticas existentes não podia se falar em igualitarismo cultural, porque as hierarquizações sociais se apoiavam na dita cultura predominante, a referida cultura no singular. Ele defendia que a luta precisava ser travada através do terreno da cultura, buscando impactos nas formas de pensamentos e de produção intelectual da época. Muita semelhança com a luta que ainda é travada nos dias de hoje, pois ainda se busca o fim do aprisionamento destas rígidas e desiguais estruturas.

Porque a atividade científica ou governamental é sempre elitista, ela depara com a cultura silenciosa da multidão como um obstáculo, uma neutralização ou uma disfunção dos seus projetos. O que nela é perceptível é, portanto, uma inércia, das massas com relação à cruzada de uma elite. É um limite. O “progresso” dos letrados ou dos executivos detém-se nas bordas de um mar. Essa fronteira móvel separa os homens do poder e “os outros” (CERTEAU, 1995, p. 240).

Entretanto, não basta apenas um posicionamento negativo frente aos entraves enfrentados por estes grupos culturais excluídos, apagados, esquecidos. Conforme (CERTEAU, 1995, p. 145):

Um certo número de movimentos minoritários enfrenta a dificuldade de ter, em um primeiro momento, que se situar negativamente. Uma autonomia cultural, social ou étnica sempre se manifesta dizendo não: Não diz o negro, não sou um americano. Não diz o indiano, não sou um chileno ou um argentino. Não diz o bretão, não sou um



francês. Essa é uma posição de partida absolutamente fundamental, mas rapidamente se torna enganosa quando se permanece nela: corre-se o risco de se agarrar quer a uma ideologia política, quer a uma formulação exclusivamente cultural.

Para além do dizer não ao apagamento, a luta precisa ter perseverança. Para Certeau, era preciso trazer à tona um conjunto cultural não evidente, mas que existe ou já existiu no passado. Se houver a perpetuação do desprezo por aquilo que não tem voz e que, automaticamente, não é revelado, isso implicará no consentimento com o silêncio de uma cultura que foi silenciada e não conseguir se expressar. Então, não basta dizer ‘não sou isto’, ou ‘sou aquilo’, a escola precisa cumprir seu papel social transformador e dar prosseguimento a referida luta por visibilidade e voz.

Portanto, para o historiador, assim como para o etnólogo, o objetivo é fazer funcionar um conjunto cultural, fazer com que apareçam suas leis, ouvir seus silêncios, estruturar uma paisagem que não poderia ser um simples reflexo sob pena de nada ser (CERTEAU, 2010, p. 79-80).

Certeau cita Husserl e defende que, por meio de uma educação cultural, o povo passaria a entender que tem o poder de “criar culturas” e, apesar de todo e qualquer esgotamento que pudesse haver durante este caminho, aprenderia a discorrer sobre questões e problemas filosóficos também.

Assim como a dupla relação com os outros e com uma verdade mede o alcance "filosófico" do trabalho social. É uma "tarefa infundável" essa reconciliação, dizia Husserl num texto fundamental. Ela surgiu com "a idéia", segundo ele de origem grega, de criar uma "comunidade filosofante" por meio de um incessante "movimento de educação cultural". É esse "poder de

criar culturas", como diz Husserl, a ambição que o homem estabeleceu para si mesmo num momento da sua história, à qual ele aspirava como sinal de sua dignidade, que corre o risco, atualmente, na Europa, de provocar sua "lassidão", como se ele se cansasse de si próprio. Mas toda ação, na medida em que é política, é também "filosófica" [...]. (CERTEAU, 1995, p. 38).

Michel de Certeau defendia a ação cultural que era similar a uma ação sindical ou uma ação política. Esta ação ligaria agentes a seus objetivos ou alvos. Esses agentes culturais deveriam exercer funções no campo cultural. Eles poderiam ser: criadores, animadores, críticos, promotores, consumidores entre outros. Nesse sentido, eles não seriam meros espectadores, pois suas ações e posicionamentos deveriam gerar uma política cultural, com objetivos coerentes, visando a modificação de comportamentos. Eles buscavam atingir estes objetivos através de um discurso cultural, que trata dos problemas culturais, sempre tendo em mente uma revisão do equilíbrio social. A escola poderia lutar contra a utopia e ser fomentadora deste espaço de linguagem, com emissores e destinatários:

Permanece o fato de que, mesmo sob essa forma, uma reflexão ou um texto sobre a cultura deixa em suspenso uma interrogação decisiva: *quem fala e para quem?* Todo discurso é definido por um emissor e um destinatário. Supõe um contrato tácito entre eles. [...] Parece-me que uma análise ou um discurso instala-se no “não-lugar” da utopia quando não delimita seus destinatários e, por isso mesmo, sua própria condição (CERTEAU, 1995, p. 224).

Porque, para Certeau, a saída para os problemas não era a neutralidade. As

desigualdades e apagamentos culturais e sociais não se resolveriam sendo colocados em um “bolso” e sendo esquecidos, negligenciados. As dívidas que se tinham com a sociedade, que eram estruturais, com o surgimento de novos poderes que as perpetuavam, somente se agravariam mais, e esta neutralidade poderia gerar um sentimento de que é aceitável se esquivar de pagar o preço global por todo o prejuízo. Infelizmente, o que se via e ainda se vê nessedias são organismos públicos colonizados por interesses particulares.

Certeau dizia que o país era um amante das situações adquiridas e paralisado pelas burocracias. Ele percebia que o conformismo triunfava com o desenvolvimento quantitativo em posse dos mesmos grupos, gerando o apagamento da diversidade e manutenção da marginalização de alguns grupos.

É claramente perceptível que este questionamento e nova forma de pensar e compreender cultura não apoia o determinismo para a conceituação das coisas. Michel de Certeau nunca apoiou o pensamento passivo frente aos conflitos sociais, queria fomentar pensamentos de autonomia e resistência ao sistema, instigando a criatividade coletiva. Ele defendia que a Historiografia, ou seja, o estudo de como a história é escrita e de como a compreensão histórica muda com o passar do tempo era essencial para a formação de mentalidades que promoveriam transformações no mundo.

O referido livro *La culture au pluriel* [A cultura no plural] publicado em 1974 na França, que foi um compilado de vários artigos escritos entre 1968 e 1973, e que teve como espinha dorsal a interrogação fundamental acerca

da função do ensino na sociedade midiática. Michel defendia e acreditava que a escola não detinha mais o monopólio da transmissão da cultura; ou de outro modo, “[...] não é mais o centro distribuidor da ortodoxia em matéria da prática social [...]” (CERTEAU, 1995, p. 129).

Provavelmente, Certeau defendia que a escola não deveria mais deter o monopólio da transmissão da cultura, exatamente por transmiti-la de forma negligente e singular, visando apenas a manutenção do poder e a reprodução da desigualdade e do silenciamento da cultura no plural.

Os dogmas, os saberes, os programas e as filosofias perdem sua credibilidade, sombras sem corpos que nem a mão, nem o espírito podem capturar e cuja evanescência irrita ou engana o gesto que ainda os procura; eles nos deixam, muitas vezes persistentemente, apenas a ilusão ou a vontade de ‘sustentá-los’ (CERTEAU, 1995, p. 27).

Afinal, o caminho de dominação não é uma prática nova, mas sim uma prática reproduzida há muito tempo, uma prática que se iniciou, há muitos anos, a partir do monopólio eclesiástico e que, depois, passou a ser um monopólio do estado. Quando a escola se submete a perpetuar esta prática, torna-se mais um ator leviano do silenciamento cultural dos mais diversos povos, contribuindo para que os silenciados sejam apagados, sejam esquecidos e apenas possam ocupar um papel social de submissão, passividade e invisibilidade.

[...] uma, uma ideologia que mantenha no ensino a possibilidade de uma missão, de um evangelismo; a outra, a uma força, pois o docente não tem outro poder senão aquele que diz respeito à organização de uma sociedade. Esse duplo papel foi exercido sucessivamente pela Igreja, depois pelo Estado. Ele revela a relação de uma cultura

‘desinteressada’ com um poder interessado (CERTEAU, 1995, p. 135).

Certeau via que o ensino, ao invés de libertar, exercia uma seleção social por meio da hierarquização que dispunha os níveis acadêmicos e intelectuais. A escola passa a ser para a elite e permanece inacessível ao restante da população. A linguagem dá-se como um espetáculo à parte e; ao sujeito que não consegue acesso a esta escolarização elitizada, a esta linguagem erudita, e a esta estranha cultura; cabe contentar-se em ser apenas um consumidor, uma parte não pensante da sociedade, a parte daqueles que trabalham muito, tem pouco de lazer e nenhuma voz.

Léxicos inumeráveis, vocabulários estrangeiros. Eles se calam no momento em que o museu ou a escrita captam seus fragmentos para fazê-los exprimir nossos interesses. Eles cessam, então, de falar e ser falados. Os progressos do nosso saber medem-se pelos silêncios que eles criam. Que fronteira é essa, portanto, que deixa passar para a nossa cultura somente signos caídos ou extraídos, inertes, de uma outra cultura? (CERTEAU, 1995, p. 241).

Pensando na educação hoje, para que se possa superar esse abismo intelectual, é preciso que as escolas entendam que a língua não pode mais ser vista com um sentido único, baseado em uma cultura grafocêntrica, que tem como base um código acadêmico, porque este entendimento reforça uma cultura sem histórias, sem memórias e sem sentido. A educação básica e as universidades não podem ser vistas apenas como um meio de um dia receber um diploma e poder exercer uma determinada profissão.

Em última análise, o estudo informa-nos menos sobre a cultura popular do que sobre aquilo que é, para um universitário progressista de hoje, fala da cultura popular. Isto nos remete a

uma questão com a que deparamos repetidas vezes e à qual é preciso responder: de onde se fala, o que se pode dizer? Mas também, enfim: de onde falamos nós? O problema torna-se, por conseguinte, imediatamente político, uma vez que coloca em causa a função social – isto é, antes de mais nada repressivo – da cultura erudita (CERTEAU, 2010, p. 80).

A escola precisa ser um lugar iminentemente social, um lugar de pesquisa e diálogos, um lugar que vai além dos conhecimentos acadêmicos e dos conteúdos, reconhecendo, portanto, os diversos saberes. A escola precisa falar das histórias locais, do memorável para os povos que ali estiveram ou estão. Sendo assim, infere-se que os educadores precisam ser agentes de transformação, buscando fugir do “fixismo nostálgico” como chamava Certeau. Este fixismo nostálgico é o que muitos educadores vivenciam, querendo manter os valores e práticas acadêmicas de um passado de silêncios culturais, um passado que se recusa a viver a cultura da pluralidade. Certeau já dizia:

Pra mim trata-se de uma questão de fundo, que coloca em debate o *lugar* do intelectual na sociedade e a experiência ou a concepção da cultura que resulta disso. Um exemplo: que relação há entre a pesquisa que tornou possível isolar em Arc-et-Senans os membros de profissões liberais e, de outro lado, a experiência de uma empregada de um supermercado? Aquilo que se apresenta a nós como a profissão lucrativa que consiste em deliberar sobre as condições necessárias a um controle da mudança possui, para a operária, um alcance inteiramente diferente. Aquilo que é possível colocar sob o signo da “cultura” na vida da empregada seria “fazer algo para si próprio” (e não para o patrão) [...] Além disso, como mostram análises recentes, ela não tem

com a linguagem a mesma relação que os profissionais do discurso; ela não é a matéria-prima do seu trabalho, mas o ponto de referência de sua atividade. Portanto, podemos nos perguntar se o termo “cultura” não é um puro equívoco. De todo modo, do lugar de onde estamos, não podemos superar a diferença que nos separa da experiência própria à maioria das pessoas. Ousamos e devemos falar disso, mas do lugar especial que ocupamos e que nos determina na sociedade (CERTEAU, 1995, p. 227-228).

Esta escola que aceita a diversidade e a cultura no plural dá espaço para todos os discursos, todas as formas de se expressar, todas as formas de conhecimento, não somente a elitizada e vista como a certa, a ideal. Uma escola para brancos, para os negros, para indígenas, para deficientes: físicos, visuais, auditivos e cognitivos. Uma escola para ricos e para pobres, para letrados e iletrados, aí está a cultura no plural, dando visibilidade e voz a todos.

Ensinar economia na universidade não abre nenhuma, ou quando abre algumas poucas oportunidades no mercado; pelo contrário, há uma via privilegiada, a de pertencer a uma dessas escolas que cercam uma rede quase familiar de “veteranos”, membros de castas financeiras, industriais ou políticas. Em outros níveis ocorre algo semelhante. Por razões sociais, uma competência ou uma formação cultural não constitui mais a via que conduz aos altos cargos – contrariamente ao que exigiria uma racionalidade econômica-, mas o campo que um grupo explora ou determina. É preciso, portanto, passar pelos labirintos de protetorados ou de monopólios. Mas na verdade, é preciso deixar de considerar como um meio de promoção de cultura da qual esses grupos fizeram o palco de sua expansão (CERTEAU, 1995, p. 215-216).

Para que este ensino seja efetivamente transformador e libertador o currículo não pode estar preso a saberes preestabelecidos. O espaço

precisa ser aberto a discussões, a reflexões e a ações críticas. Com metodologias ativas, com valorização das mais diversas inteligências. Formando alunos autônomos, independentes, criativos e atuantes. Aí está a grande diferença que as instituições de ensino precisam fazer. Certeau foi um autor que defendia as práticas libertadoras e críticas:

Para ele, fazer a história era ao mesmo tempo submeter à experimentação crítica os modelos forjados em outros contextos, quer fossem sociológicos, econômicos, psicológicos ou culturais, e mobilizar, para entender o sentido dos signos guardados pelo arquivo, suas competências de semiótica, de etnólogo, de psicanalista (CERTEAU, 2010, p. 152).

Michel de Certeau escolheu o caminho mais tortuoso, o mais difícil, mas também o mais legítimo e necessário. A cultura não pode mais ser vista e replicada baseada no pensamento de que o presente apaga o passado, ou que o novo tem mais importância que o antigo, ou que o singular deve permanecer sobre o plural, a cultura não pode ser como uma noite escura:

A cultura oscila mais essencialmente entre duas formas, das quais uma sempre faz com que se esqueça da outra. De um lado ela é aquilo que ‘permanece’; do outro aquilo que se inventa. Há, por um lado, as lentidões, as latências, os atrasos que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro lado, as irrupções, os desvios, todas essas margens de uma inventividade de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua ‘cultura erudita’. A cultura é uma noite escura em que dormem as revoluções de há pouco, invisíveis, encerradas nas práticas -, mas pirilampos, e por vezes grandes pássaros noturnos, atravessam-na; aparecimentos e criações que delinham

a chance de um outro dia (CERTEAU, 1995, p. 239).

Certeau defendia a ideia de que o isolamento do cultural, o silenciamento da cultura local e regional, geraria uma cultura da alienação. Onde as pessoas, não tendo como base a sua identidade história e cultural, caminhariam apenas seguindo a direção que era dada à “boiada”. Não haveria questionamento, ou um olhar crítico para os acontecimentos ou sobre a vida em sociedade, mas sim um papel a cumprir, um papel delimitado pelos sistemas econômicos.

A alienação está hoje ligada ao isolamento do cultural. Os movimentos sociais tem exatamente como objetivo e como resultado quebrar o círculo cultural e revelar os poderes estabelecidos que ele oculta. Eles explicitam ou restauram as relações das situações culturais (do trabalhador, da mulher, dos jovens) com o modo de relações mantido por sistemas econômicos (CERTEAU, 1995, p. 206).

Os movimentos sociais precisam cumprir a missão a eles encarregada. De trazer reflexão sobre a ação, reflexão sobre as ditas “verdades”, que podem e devem ser questionadas, para que haja o rompimento com a cultura de massa, com a cultura operária. Os grupos diversos da elite também detém as suas verdades, as suas histórias, as suas identidades e, por isso, existem.

Assim, a ação que visa consolidar uma cultura “operária” não corresponde mais às vontades expressas pelos próprios trabalhadores, ciosos de uma participação na cultura comum e pouco dispostos a se deixar encerrar em um universo próprio. Apegar-se a esse programa antigo é congelar o recorte que uma opressão socioeconômica criou no século XIX; é contrariar uma evolução, talvez também servir a ideologias ou instituições estabelecidas (CERTEAU, 1995, p. 207).

Michel de Certeau escrevia para trazer lucidez, para que não mais houvesse este congelamento do recorte da opressão socioeconômica. A educação, a história e a cultura seriam um caminho norteador para repensar estas ideologias e instituições estabelecidas como as detentoras do saber, do poder e das decisões. Não estavam nos planos deste grupo que detinha o poder, instituições escolares que produzissem sujeitos que andassem na contramão do proposto por eles como “a única cultura”. Sujeitos que estudam a sua história, que entendem o caminhar histórico do seu povo, sentem-se pertencentes, sentem-se capazes e passam a sonhar com o crescimento e com as oportunidades de desenvolvimento pessoais e do grupo.

Esses grupos formam-se e identificam-se graças à possibilidade reencontrada de se *situar em algum lugar*, em uma relação com outras forças. Um conflito manifesta-se no interior do sistema que o obliterava. Pelo fato de se distinguir de outras posições, os membros tornam-se capazes de se comunicar entre si e de analisar uma situação concreta (CERTEAU, 1995, p. 207).

A libertação mental de um povo institui a permissão para a sua linguagem, para o seu discurso. Eles passam a se comunicar, a se entender e a analisar as situações vividas pela sociedade que está inserido. As ordens não são mais ouvidas como regra absoluta. Eles encontram um lugar de pertencimento, situam-se como sujeitos que têm força de decisão, ou de subversão caso somente esta comunicação de protesto e resistência lhe reste.

Não se pode dissociar aqui o ato de compreender o meio ambiente e a vontade de mudá-lo. A “cultura” dele recebe uma definição: não é possível

expressar o sentido de uma situação senão em virtude *de uma ação empreendida* para transformá-la. Uma produção social é a condição de uma produção cultural (CERTEAU, 1995, p. 208).

A mudança de mentalidade de um povo caminha lado a lado às ações que empreendem, que geram transformações em seu meio. Onde existe a instituição da cultura de um povo, precisa existir a sua produção social, gerando experiência cultural. Os integrantes interagem entre si e com os objetos do meio, usufruindo de autonomia, enxergam-se como capacidade e competência para realizarem algo por si mesmos e pelos seus. Através do sentimento de pertença, aprendem a conviver e a compartilhar de ambições e objetivos de vida.

Fazemos hoje uma distinção maior entre aquilo que está escrito (o dito) e o gesto que o produz (o dizer). Sem dúvida, essa tendência participa da nossa experiência cultural, que refere os sistemas de significados aos procedimentos ou ao ato dos quais eles resultam - o enunciado a uma enunciação (CERTEAU, 1995, p. 243).

A linguagem da cultura não é apenas lida ou escrita, este é apenas um aspecto da cultura. Ela é dialeto, fala através dos símbolos, dos códigos, dos signos. A cultura se faz por meio do experimentar, da comida, das festas, das manifestações artísticas, da roda de conversa, dos relatos orais, da contação de histórias. A cultura é livre, é leve. Ela traz risos, choro, ela deixa marcas. Deste agrupamento social fluem as linguagens, o comunicar de ideias e sentimentos, de memórias. A cultura é uma obra, uma imensa obra de arte, construída a muitas mãos.

Da “saída” organizada por amigos, pela família ou por uma turma de jovens, à “manifestação” teatral, pop, grevista ou revolucionária, há um elemento comum que constitui o essencial dessas expressões: *um agrupamento social se faz produzindo uma linguagem*. A festa não se reduz aos registros e aos restos que ela deixa. Por mais interessantes que sejam, esses objetos “culturais” são apenas os resíduos do que não mais existe, a saber, a expressão ou a obra no sentido pleno do termo (CERTEAU, 1995, p. 243).

Certeau defendeu uma escola no plural, onde não existisse o aluno padrão ou o lugar fixo do saber. Ele sabia que a educação somente servira para a sua real função, se fosse além da cultura grafocêntrica, da cultura erudita e escrita. Para uma grande transformação, a escola realmente deveria ser para todos, reconhecendo, assim, as mais diversas inteligências e culturas; onde não existiria medidas ou comparações, mas oportunidades e diversidade. Um lugar de ser, de aprender e fazer.

## REFERÊNCIAS

AMBROSETTI, N.B. O “Eu” e o “Nós”: trabalhando com a diversidade em sala de aula. *In: Pedagogias das diferenças na sala de aula*. Marli André (Org.). São Paulo. Editora Papirus, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Governo Federal. **Base Nacional Comum Curricular: BNCC**, 2017b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 30 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Fundamental (SEF). **Parâmetros Curriculares Nacionais**: introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2022.

CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. Campinas: Papirus, 1995.

GIMENO SACRISTÁN, J. Poderes instáveis em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999

MAHER, T. M. Do casulo ao movimento: A suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural. In: Cavalcanti, M. C.; Bortoni-Ricardo, S. M. (orgs.). Transculturalidade, linguagem e educação. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007, p. 67-94

---

**Tânit Cristina Miranda Camargo Ferreira**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade José do Rosário Vellano (2001), graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2015) e graduação em Direito pela Faculdade Cenequista de Varginha (2019). É especializada em Terapia de Casal e família na Abordagem Sistêmica, pelo HOLON-Espaço Dinâmico em BH (2001). Fez especialização em Psicopedagogia Institucional UNIS (2005) É especializada em Gestão e Formação Pedagógica, habilitada em: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração escolar, pelo UNIS (2013). É Mestra em Gestão ,Planejamento e Ensino pela Universidade Vale do Rio Verde (2021 <http://lattes.cnpq.br/7532154009383107>

---

---

**Jocyare Cristina Pereira de Souza**

Possui Graduação em Letras pela Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (1989); Especialização em Psicopedagogia pela Universidade Vale do Rio Verde de Três Corações (1994) e Linguística Textual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994); Mestrado (2005), Doutorado (2009), Pós-Doutorados I (2016) / II (2018) em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. <https://lattes.cnpq.br/6271092838621749> ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2215-0774>

---